VIABRASIL BR-163

QUAL A CONTROVÉRSIA?

A Solicitação de Solução Consensual (SSC) proposta pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) envolve o contrato de concessão da rodovia BR-163/MT, entre Sinop (MT) e Itaituba (PA), e da Rodovia BR-230/PA, do entroncamento da BR-163/PA, no município de Itaituba, ao início da travessia do Rio Tapajós, no distrito de Miritituba (PA). Ao todo, são 1.009 km de extensão sob responsabilidade da ViaBrasil BR-163 concessionária de Rodovias (ViaBrasil).

O aumento do tráfego comprometeu o nível de serviço, e estudos realizados em 2023 indicaram desempenho abaixo do esperado com alto índice de acidentes, em desacordo com as estimativas apresentadas no Edital.

A estruturação do leilão do Edital 02/2021, que teve o Consórcio ViaBrasil BR-163 como vencedor, ao oferecer desconto de 8,09% sobre a tarifa básica de pedágio (TBP), previa investimentos de capital no valor de R\$ 1,882 bilhão (data base: julho/2019). Desse montante, mais da metade dos investimentos se concentravam em trabalhos iniciais (R\$ 76 milhões), recuperação rodoviária (R\$ 280 milhões), nos primeiros cinco anos, e manutenção da rodovia (R\$ 624 milhões), nos últimos cinco anos.

Os estudos de estruturação do empreendimento foram concebidos com a previsão de entrada em operação da Ferrogrão, que absorveria a maior parte do trânsito de caminhões no sistema rodoviário, reduzindo não apenas o tráfego, mas também os custos com a conservação e a manutenção das rodovias. Entretanto, o projeto da ferrovia está suspenso e tem enfrentado grandes desafios para cumprir os requisitos necessários de viabilidade e licenciamento socioambiental.

Trecho Rodoviário - Rodovia BR-163/MT/PA entre Sinop (MT) e Itaituba (PA) e Rodovia BR-230/ PA, entre o entroncamento com a BR-163/PA, no município de Itaituba, e o início da travessia do Rio Tapajós no distrito de Miritituba (PA)



As principais controvérsias envolvem discussões sobre o aumento significativo do tráfego desde a fase de planejamento e licitação da rodovia, em conjunto com a situação atual da Ferrogrão, que retiraria caminhões da rodovia mas teve seu prazo esperado para implantação dilatado em função das discussões ambientais e judiciais do projeto.

As principais alterações propostas pela concessionária para solução da controvérsia referem-se à adaptação dos investimentos ao cenário do tráfego, com a duplicação de 245 km do trecho da BR-163/MT, o que representa 93% da extensão da rodovia no estado; a implantação de 47 km de faixas adicionais em rampas localizadas no trecho da rodovia BR-163/PA, o que representa 7% da extensão total do trecho no estado;

bem como ajustes contratuais buscando o equilíbrio econômico-financeiro, com aumento de aproximadamente 12% na TBP e a extensão do prazo da concessão por mais 15 anos.

As discussões serão no sentido de verificar se poderão ser feitas as alterações do contrato de concessão, e quais serão as condições mais vantajosas para o cidadão que atendam ao interesse público, avaliando riscos e benefícios legais, técnicos e econômicos na construção de uma eventual solução.

Dessa forma, a Comissão de Solução Consensual (CSC) busca construir uma solução que resolva as controvérsias do contrato existente, antecipe investimentos e melhore os níveis de serviço e de segurança viária, encontrando um desfecho que impulsione o desenvolvimento econômico do país.



DADOS DA COMISSÃO EM ANDAMENTO

Início: 10/04/2025

Prazo ordinário: 11/07/2025

TC: 024.670/2024-3

Unidade Responsável: SecexConsenso